

A impossibilidade do convívio social sem norma

Rudá Ricci¹

BREVE APRESENTAÇÃO

Vivemos uma quadra difícil da sociedade moderna. Um período de desconstrução.

Dentre os vários enfrentamentos do que pareciam ser as balizas da convivência social, uma nos chama a atenção: o questionamento duro e constante da ordem social e das regras ou normas de respeito às diferenças, seja pela xenofobia crescente em virtude da crise econômica e social que se abateu sobre os países ocidentais do Hemisfério Norte, seja pelo retorno do discurso e emblemas fascistas. A reação à escalada extremista de exclusão social não parece ser promissora, já que se pauta pela reafirmação dos valores grupais, comunitários, e pela reação também excludente.

O punitivismo parece em alta, dinamitando as pontes e os códigos morais que estabelecem a coexistência social, ainda que preservada por um “equilíbrio dinâmico” e tenso. Após a “década democrática” (anos 1980 e parte dos anos 1990), mergulhamos numa zona de incerteza e conflito, muitas vezes, confronto aberto, como os que ocorrem há anos na Venezuela e como parece ocorrer na Argentina, no Brasil pós-2013 e no confronto federativo espanhol, além dos ataques em cascata de agrupamentos de extrema direita em grande parte do território europeu.

Dentro das limitações que um ensaio como este impõe, este texto procura apresentar um panorama geral do conceito de norma e sua função social a partir das teorias clássicas da sociologia, com algumas pinceladas em relação às teorias mais recentes. A norma, como veremos, é um imperativo para a manutenção da coesão social, criando um clima de estabilidade e previsibilidade que tranquiliza os membros de um agrupamento social. Contudo, normas sem legitimidade ou que não são validadas periodicamente caducam e perdem sua função essencial. Em virtude desta exigência de renovação e validação, procuro, em seguida, trabalhar a tensão constante entre a preservação da individualidade - necessária para a legitimação de toda norma- e a coerção social que todo processo de socialização gera. Finalizo o ensaio sugerindo vários movimentos recentes no Brasil de formação de coletivos e articulações de caráter comunitarista, que questionam duramente a ordem social e as normas vigentes de caráter mais geral (além de desdenhar dos direitos universais). Dentre estes movimentos, destaco a lógica fragmentária dos movimentos identitários e o discurso fascista do “bolsonarismo” -mobilização política de apoiadores do deputado federal carioca Jair Bolsonaro.

A NORMA COMO FATOR DE COESÃO SOCIAL E SEU CONTRAPONTO: A FALSA ATIVIDADE

¹ Sociólogo, Mestre em Ciência Política e Doutor em Ciências Sociais. Diretor Geral do Instituto Cultiva (www.institutocultiva.com.br).

O que é norma para a sociologia? É um acordo tácito que os membros de uma comunidade firmam a partir da experiência comum. Em outras palavras, acontecimentos que envolvem um agrupamento social, geram consequências que são refletidas pelo conjunto de pessoas afetadas e delas tiram aprendizados para uma ação preventiva ou de superação de dificuldades coletivas.

Formam-se, inicialmente, regras morais que, para a sociologia, seriam crenças ou certezas coletivas e que, por seu turno, constroem previsibilidades da ação coletiva. Em seguida, algumas regras morais evoluem para normas mais perenes e constantes. O sentimento de pertencimento a uma coletividade, portanto, é moldado por estas normas difusas que são construídas pela experiência comum.

É importante refletirmos sobre a diferença entre vivência e experiência. Toda experiência é um ato de reflexão sobre uma vivência. Para tal, um acontecimento, para ser objeto de reflexão, precisa atrair a atenção do indivíduo que o presencia. Não se trata de uma situação corriqueira. Para refletir sobre algo que vivenciei é preciso que este acontecimento seja inusitado ou relevante para minha existência, de tal maneira que me obriga a manter distância sobre o rotineiro e até mesmo sobre os sistemas de normas estabelecidos.² Em outras palavras, as normas sem reflexão, repetidas mecanicamente, apesar de possuírem uma função social - a da coesão e previsibilidade dos comportamentos numa coletividade, podem gerar uma “falsa atividade”, ou seja, uma ação que se repete para impedir que algo aconteça, que algo mude. Slavoj Zizek nomeou este fenômeno de “interpassividade”, uma espécie de alienação quase consciente de projetar uma possível ação pelo objeto, como se a compra de um livro bastasse para afirmar que sou leitor (sem a necessidade de ler o livro), de tal maneira que a compra de muitos livros conferiria a prova de que sou um intelectual ou leitor voraz. Zizek sustenta:

Mesmo em grande parte da política progressista de hoje, o perigo não é a passividade, mas a pseudoatividade, a ânsia de ser ativo e participar. As pessoas intervêm o tempo todo, tentando "fazer alguma coisa", acadêmicos participam de debates sem sentido; a coisa realmente difícil é dar um passo atrás e retirar-se daquilo. Os que estão no poder muitas vezes preferem até uma participação crítica em vez do silêncio - só para nos envolver num diálogo, para se assegurar de que nossa passividade ameaçadora seja rompida. Contra esse modo interpassivo, em que somos ativos o tempo todo para assegurar que nada mudará realmente, o primeiro passo verdadeiramente decisivo é retirar-se para a passividade e recusar-se a participar.³

² Paulo Freire nomeava este distanciamento de ad-mirar (mirar de fora). A Psicanálise sugere um movimento similar, no sentido da busca da autonomia do sujeito em que o tratamento psicanalítico objetiva levar o analisado a enfrentar os seus próprios impasses.

³ ZIZEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 37

Trata-se de uma modalidade de idolatria (em algumas situações, aproxima-se do fetiche) em que o indivíduo transfere para o objeto ou o Outro a possibilidade da ação, porque se sente incapaz de se realizar por seus atos.

O fato é que a norma possui um sentido de coesão de qualquer coletivo, mas, para não se revelar alienante e castradora da autonomia do indivíduo, precisa ser alvo de reflexão pelo coletivo, ser negociada para ser validada, necessita que os indivíduos mantenham certa reserva e distância crítica cuja origem é a “heterogeneidade das lógicas da ação que se cruzam na experiência humana”. Dito de outra forma, a “pluralidade da experiência gera uma distância e um desprendimento”⁴, ou deveria gerar.

Vejamos mais de perto estes dois elementos constitutivos da norma: a coesão e a necessária reflexão que a autentica e a ratifica:

A coesão de qualquer agrupamento se faz pela visão e valores comuns. Assim, a moral tem uma função coletiva. Tal coesão gera segurança, porque é garantida por condutas previsíveis, consideradas como adequadas pelo grupo e que foram assim definidas ao longo de muitos anos de convivência e experiências comuns. A maneira de se vestir, de se comportar, o respeito pelo papel do outro e o seu próprio são elementos básicos para garantir previsibilidade e, assim, segurança. Num ambiente estranho e não codificado pelas normas e previsibilidade, o corpo entra em estado de alerta, procura estabelecer um mínimo de nexos ou similaridade com o conhecido e, caso esta intenção se frustrasse, o inesgotável potencial de comportamentos coloca em risco a própria integridade do indivíduo. Nem sempre a norma de um grupo ou comunidade é ética, ou seja, preserva a espécie humana, mas não há dúvidas de que ela preserva a coesão do grupo. É assim que grupos fascistas possuem normas e valores morais que os identificam e geram sentimento de pertencimento; o mesmo ocorrendo com organizações políticas de todos os naipes ideológicos; grupos de *punks*; comunidades formadas em redes sociais; agrupamentos culturais; coletivos de ativistas, e assim por diante. As normas ditas e não ditas de cada agrupamento selam uma consciência coletiva que forja e dialoga com a consciência individual de cada membro daquele agrupamento, muitas vezes se contrapondo às normas de outros agrupamentos que, então, se apresentam como estranhos aos seus valores e comportamentos definidos.

Ocorre que a norma sem reflexão retira a autoria da ação. Desqualifica o indivíduo. Transforma o agrupamento em horda, em ação mecânica coletiva e em irracionalismo. Promove a falsa atividade. Portanto, o papel do indivíduo deve ser preservado para que a norma tenha real sentido e validação pelo grupo que a aplica. Caso contrário, estaríamos diante de uma norma que, caduca, estimularia

⁴ DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 17

pulsões incontroláveis e atos irracionais que colocariam em risco a própria sobrevivência do grupo ou sua convivência social com outras formas de sociabilidade.

Então, temos uma chave de um sistema de identidade grupal que, ao menos teoricamente, exigiria a validação constante das normas para que continuem produzindo coesão grupal. Contudo, na prática, a teoria quase sempre é outra.

A TENSA RELAÇÃO ENTRE A PRESERVAÇÃO DA INDIVIDUALIDADE E A INSERÇÃO SOCIAL PELA CULTURA

A relação entre a liberdade individual e as coerções sociais advindas da cultura e suas manifestações institucionais é tema permanente nos estudos sociológicos. A Filosofia e a Psicologia também deitaram laudas e reflexões sobre o tema.

Para Sartre, o homem é intrinsecamente livre, como sustentava numa frase emblemática: “o homem está condenado a ser livre”, justamente porque possui racionalidade e, portanto, faz escolhas. De maneira que sua capacidade intelectual define a sua essência e sua personalidade. Contudo, a consciência desta autonomia de escolhas não se faz no abstrato, mas mediada (ou localizada) no mundo em que está inserido, lastreado pelo passado, emoldurado pelos arredores de sua existência e pela morte. Assim, a consciência da liberdade estaria “em situação”.

É pela liberdade humana que os valores vêm ao mundo: o homem cria os seus próprios valores. E, daí, emergiria a possibilidade de uma moral variável, decorrente das escolhas e dos obstáculos situacionais a serem superados. O que explicaria o esvaziamento permanente de valores cristalizados no passado ou mesmo a contestação recorrente de toda ordem em vigor. Neste caso, a transmissão de valores e tradições – tão caras aos conservadores – se constituiria numa utopia inatingível. Mais um Dilema de Sísifo.

A moral, para o filósofo francês, se exterioriza por uma falsa autonomia, mantendo de forma velada seu aspecto heterônomo, constituído por múltiplos sujeitos e suas subjetividades que a acolhem. Dessa forma, as normas (“imperativos”) e valores são balizas afetivas que geram tranquilidade e possibilidades. Tranquilizadoras, porque criam um ambiente de alívio à responsabilidade da escolha, já que estaríamos obrigados pelo costume e pela norma a agir de tal maneira. Mas, alerta Sartre, não é outro que o próprio sujeito (e sua consciência) que se impõe a determinadas normas e costumes.

Assim, a relação tensa entre a liberdade e a relativização das escolhas supõe o homem-no-mundo, decidindo em função de sua situação, indicando o peso da responsabilidade das escolhas e a fuga para a comodidade da acolhida comunitária, à placidez e constância do senso comum ou até do ressentimento travestido pelo egocentrismo. A responsabilidade, enfim, gera angústia, tema central na obra sartreana.

Como sugere Isaque Bueno, citando Sartre:

Longe de podermos modificar nossa situação a nosso bel-prazer, parece que não podemos modificar a nós mesmos. Não sou “livre” nem para escapar ao destino de minha classe, minha nação, minha família, nem sequer para construir meu poderio ou minha riqueza, nem para dominar meus apetites mais insignificantes ou meus hábitos. Nasço operário, francês, sífilítico hereditário ou tuberculoso. A história de uma vida, qualquer que seja, é a história de um fracasso. O coeficiente de adversidade das coisas é de tal ordem que anos de paciência são necessários para obter o mais ínfimo resultado. E ainda é preciso “obedecer a natureza para comandá-la”, ou seja, inserir minha ação nas malhas do determinismo. Bem mais do que parece “fazer-se”, o homem parece “ser feito” pelo clima e a terra, a raça e a classe, a língua, a história da coletividade da qual participa, a hereditariedade, as circunstâncias individuais de sua infância, os hábitos adquiridos, os grandes e pequenos acontecimentos de sua vida (SN, 1997, p. 593).⁵

Ingressamos, dessa forma, nesta tensão ontológica entre a individualidade - algumas linhagens filosóficas e os anarquistas definiam a singularidade como individuação, como a garantia de autonomia de decisão não necessariamente egocêntrica, individualista⁶ - e a lógica de inclusão social.

A decisão do indivíduo, afinal, é permeada pela cultura.

Na Sociologia, Max Weber procurou compreender as motivações individuais (ou a mecânica individual) para o envolvimento com a ação coletiva. Em outras palavras, a lógica interna que leva um indivíduo a se relacionar com outros a partir de seu envolvimento e inclusão nas regras de convivência social.

Para este autor, a ação social possui motivações de interesse pessoal ou grupal de diversas origens. Para Weber, e sua interpretação compreensiva, formações sociais (como Estado, cooperativas, fundações) são desenvolvimentos e entrelaçamentos de ações específicas de pessoas individuais.⁷

⁵ BUENO, Isaque José. **Liberdade e Ética em Jean-Paul Sartre**. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007, p. 38. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3494/1/000392133-Texto%2bCompleto-0.pdf>

⁶ Gibert Simondon, filósofo francês (com quem Gilles Deleuze dialoga em suas reflexões) sugere em seu livro **A individuação psíquica e coletiva** sobre o princípio de individuação como marcado pela incompletude. O autor retorna à tensão original já exposta anteriormente: no coletivo, afinal, busca-se afinar a própria singularidade, ajustá-la segundo o diapasão. Só no coletivo, não no indivíduo isolado, a percepção, a língua, as forças produtivas podem se configurar como uma experiência individuada. Ver Paolo Virno, **Gramática da multidão**. Disponível em: <http://www.c-e-m.org/wp-content/uploads/gramatica-da-multidao.pdf>

⁷ WEBER, Max. **Economia Y Sociedad**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2002 (14ª reimpressão). Parte I: Teoria das categorias sociológicas. p. 12

Mais: toda ação social terá uma funcionalidade e, daí, deve-se perguntar o que a motiva, não apenas mediante conceitos e regras racionais, mas, também, diante de fenômenos irracionais (místicos, proféticos, afetivos).⁸

Enfim, toda ação social, incluindo a tolerância ou omissão, se orienta para ações de outros (vingança, réplica, defesa, entre outras) o que sugere que nem toda ação é social. Uma conduta pessoal só é social quando orientada para ações dos outros, como no caso de uma conduta religiosa que supera a mera contemplação ou oração solitária. Também, nem todo contato entre homens tem caráter social: somente uma ação com sentido próprio dirigida à ação de outros. Weber ilustra com o choque de dois ciclistas: só será uma ação social se houver intento de evitar o encontro, deixando de ser um evento “natural” ou fruto do “ocaso”, ou até mesmo o conflito ou considerações amistosas que se seguirem ao impacto.⁹ Outra ilustração apresentada pelo autor é o ato contínuo de guarda-chuvas se abrirem logo após o início de uma chuva, cuja ação não está evidentemente orientada para ou pela ação de outros. Seria uma ação social se o ato de imitação for “moda” local ou se o ato distinguir o ator socialmente, como estamento ou casta.

A motivação pode ser um valor ou crença ou um objetivo marcado pelo interesse que pode gerar uma ação planejada, calculada. Mas pode, ainda, ser fruto de um hábito, costume ou até mesmo afeto. A ação humana, neste caso, não se origina efetivamente de um movimento mecânico ou autômato, mas é desencadeada como um meio para atingir um motivo individual. A ação social se constitui no entrelaçamento de ações específicas, de pessoas individuais, sujeitos de uma ação orientada por um sentido.

Nas palavras de Weber, a ação social pode ser classificada em “tipos ideais”, generalizações de condutas:

A ação social, com toda ação, pode ser: 1) racional com relação a um fim: determinada por expectativas no comportamento tanto dos objetos do mundo exterior como de outros homens, e utilizando essas expectativas como condições ou meios para o logro dos fins próprios racionalmente sopesados e perseguidos; 2) racional com relação a valores: determinada pela crença consciente num valor – ético, estético, religioso ou de qualquer outra forma – próprio e absoluto de uma determinada conduta, sem relação alguma com o resultado, ou seja, puramente focada no mérito deste valor; 3) afetiva: especialmente emotiva, determinada por afetos e estados sentimentais; 4) tradicional: determinada por um costume arraigado.¹⁰

⁸ Idem, ibidem, p. 17

⁹ Idem, ibidem, p. 19

¹⁰ Idem, ibidem, p. 20

O que nos interessa é que o conteúdo do sentido de uma relação social varia – aqui pode ter início um conflito com a regra ou norma vigente -, como uma ação de solidariedade, que evolui para o conflito de interesses (econômicos ou de poder local, por exemplo). De qualquer maneira, o sentido da relação social pode ser fruto de um pacto por declaração recíproca, uma promessa em relação a uma conduta futura, de tal forma que os participantes supõem e contam com a ação racional do outro, a partir da expectativa firmada. Tanto nesta situação, quanto na da preservação de um costume, as partes devem aceitar de antemão que a ruptura gerará inconvenientes durante todo o tempo na qual a maioria dos que o rodeiam contem com a preservação (e alimentem) do costume e dirijam sua conduta por ele.

Assim, a validade de uma ordem é algo mais que regularidade da ação social, definida pelo costume ou mimetismo. Vincula-se aos interesses convergentes que orientam a ação social de cada parte envolvida e por algum grau de reconhecimento e significado para os envolvidos.¹¹ A ação social e, conseqüentemente, a ordem ou normas vigentes, só permanecem em virtude da sua legitimidade, da sua aceitação frente aos interesses e valores das partes.

A dicotomia e a tensão permanente entre a dinâmica coletiva e a intenção individual é, para alguns autores, o coração da Sociologia e tema recorrente¹², como é o caso de Raymond Boudon, que procura reconstruir as motivações individuais e a relação entre agência e estrutura.¹³

O que toda linhagem sociológica contemporânea sustenta é que a relação entre indivíduo e norma não se dá de maneira pacífica ou estável.¹⁴

E este é o pano de fundo teórico pelo qual podemos entender as tensões crescentes dos indivíduos e seus grupos com as normas vigentes e o conceito de direito e regras universais.

Vejamos mais de perto a situação recente que envolve o Brasil, as tensões e conflitos que sustentam impasses na convivência social.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 25.

¹² CORCUFF, Philippe. **As Novas Sociologias**. Bauru: EDUSC, 2001. O autor traça um amplo panorama das diversas correntes sociológicas, destacando a noção de sociedade como sistema (em Émile Durkheim) que gera coerção e constrangimento externo à conduta do indivíduo; a dimensão intersubjetiva e pluralidade de identidades em Michael Sandel; a interdependência do jogo de xadrez sugerida por Norberto Elias e sua noção de *habitus* (a marca social sobre a personalidade, que assume diferentes configurações no interior do qual o indivíduo age); o conceito de *habitus* redefinido por Pierre Bourdieu como princípio da ação que reside na relação entre a história objetivada nas coisas, sob forma de instituições, e na história encarnada nos corpos, sob forma deste sistema de disposições duráveis; a plasticidade das estruturas sustentada por Michel Dobry, em que as conjunturas críticas opõem-se às conjunturas mais rotineiras e onde as estruturas sociais são percebidas pelo duplo ângulo da autonomia e do *habitus*.

¹³ BOUDON, Raymond. **Efeitos Perversos e Ordem Social**. Zahar: Rio de Janeiro, 1979.

¹⁴ Algo que poderia traçar um paralelo com a tensão (ou oposição) entre o supereu e o ideal do eu (ou “eu ideal”) na linguagem e teoria psicanalítica.

OS DILEMAS DA SOCIEDADE E A REJEIÇÃO DAS NORMAS: RESENTIMENTO, FRUSTRAÇÃO E DESREGRAMENTO. O ADVENTO DO NILISMO SOCIAL E DO BOLSONARISMO NO BRASIL

Se a norma é um imperativo social, embora tencionando permanentemente com a liberdade individual, o que estaria orientando o movimento planetário para a recusa das regras sociais, das grandes narrativas como definição do projeto humano? O que valorizaria a lógica comunitária, da estética social, do interesse grupal e da fragmentação de agendas em detrimento da universalidade do Direito, das regras societais¹⁵, da ética e valorização da espécie humana como um todo?¹⁶

Sem dúvida, um mal-estar contido na tensão original (entre cultura e indivíduo), numa espécie de radicalização do discurso moderno, que criou a igualdade formal entre os indivíduos. Ou seja, uma hiperindividualização surgida da valorização progressiva do papel do indivíduo, que se deu com o desmoronamento da hierarquia estamental da ordem medieval e monárquica. Um ressentimento em relação à dimensão pública da vida humana.

Giles Lipovetsky é um, dentre tantos autores, que vem aprofundando a análise deste mal-estar causado pela responsabilidade de escolhas e suas possibilidades. Em seu livro “A Sociedade da Decepção”¹⁷, o autor sustenta que

(...) a vida privada e a vida pública foram assumindo uma feição mais livre, mais aberta, mais estruturada pelas escolhas e decisões individuais. (...) Procurei salientar o processo de emancipação do indivíduo em face às imposições coletivas. (...) A ordem autoritária, disciplinar, moralista fora profundamente abalada pelo hedonismo da sociedade de

¹⁵ A Sociologia clássica distingue a dinâmica comunitária da societal. A dinâmica comunitária exprime experiências compartilhadas e identidade afetiva em seus membros, organizados em grupos menores. Não se guiarão apenas pelos costumes, mas também pela solidariedade e “conexão entre pessoas que compartilham características ou identidades sociais semelhantes” (verbete “Comunidade” in: SCOTT, John (org.), **Sociologia: Conceitos Chaves**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 47 e seguintes). Já a lógica societal é marcada pela impessoalidade e regras universais que são acolhidas pelos seus membros não em função da identidade e pelas relações interpessoais em que estão inseridos, mas pela consciência sobre o papel individual no arranjo social e da necessidade de preservar elementos de convívio entre necessidades (individuais) e interesses (grupais) distintos. Este conceito, de certa maneira, dialoga com os princípios das teorias contratualistas.

¹⁶ Sobre o distanciamento social em relação à norma e à ordem vigente no Brasil há um significativo inventário de pesquisas sociais recentes. Cito algumas: REGO, Walquíria Leão & PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: Editora UNESP, 2013; Pesquisa realizada pelo DATAPOPULAR Radiografia das Favelas, publicada no livro de MEIRELLES, Renato & ATHAYDE, Celso. **Um País chamado Favela**, São Paulo: Gente, 2013; pesquisa IBOPE, publicada no livro LAMOUNIER, Bolívar & SOUZA, Amaury de. **A Classe Média Brasileira**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2010; e a série histórica sobre opinião pública na América Latina, **Latinobarómetro** (pesquisa anual como 20 mil entrevistados de 18 países da região), disponível em <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

Sobre as características do eleitor e suas motivações para o voto, ver pesquisa recente realizada pela Fundação Perseu Abramo sobre o eleitor paulistano (pesquisa **Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo**; disponível em

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/percepcoes-e-valores-politicos-nas-periferias-de-sao-paulo/>) e a série histórica do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro, ver <http://www.cesop.unicamp.br/>).

¹⁷ LIPOVETSKY, Gilles. **A Sociedade da Decepção**. Barueri: Manole, 2007.

consumo. (...) [porém] a revolução de cunho individualizante e narcisista não foi totalmente positiva. Com efeito, se por um lado o avanço democrático da liberdade trouxe um otimismo real, por outro importava ressaltar que esse acontecimento beneficiava muito menos o indivíduo do que se poderia supor. (...) Passamos de um ambiente de euforia progressista para uma atmosfera de ansiedade. Este é o “paradoxo da felicidade: uma atmosfera de entretenimento e distensão contínuos, de bem-estar consolidado, coexiste com a intensificação dos obstáculos para se viver e o aprofundamento do mal-estar subjetivo. (...) A era moderna concorreu para acelerar as desilusões da classe média, fazendo aumentar o número de descontentes, irritados com uma realidade social incompatível com os seus ideais democráticos”.¹⁸

Paradoxalmente, o movimento de aumento do poder individual gerou mal-estar, revelado no aumento de ansiedade (por não se atingir o sucesso individual almejado) e na frustração crescente.

Frustração, que outros autores procuraram analisar sua gênese no final do século XX.¹⁹ Uma sugestão teórica é que o processo de globalização teria criado uma relação promíscua entre a dimensão política da sociedade moderna e a dimensão econômica. Mais especificamente, os interesses dos grandes conglomerados econômicos se insinuariam sobre parlamentos e organizações políticas de tal maneira que a representação institucional dos interesses da sociedade civil estaria em suspenso ou em risco desde o final do século passado. Restaria à sociedade civil a dimensão cultural, dos valores e crenças, fundida e preservada na memória dos agrupamentos e na localidade, no território de moradia e na reprodução dos valores culturais e tradições. Ora, nasceria daí um profundo ressentimento defensivo das populações locais, protegidas no seu território e na sua memória grupal.

Os pequenos espaços – e suas pequenas narrativas – ganhariam, a partir de então, uma dimensão quase épica, de resistência política e de enfrentamento de todo *establishment* forjado à revelia dos cidadãos comuns. Não por outro motivo que o “comum” se tornaria a tônica da revanche de ações tópicas e populares.²⁰

¹⁸ Idem, *ibidem*, páginas 3 a 5.

¹⁹ Ver, em especial, SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. TOURAINE, Alain. **Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

²⁰ Há, ainda, um paralelo possível com o conceito de *Homo Sacer* desenvolvido por Giorgio Agamben, filósofo italiano. No caso, existiria um campo da vida política em que ocorre certo paradoxo: o lugar em que a vida pode ser colocada em suspensão pela ordem do poder soberano juridicamente construído, o poder jurídico torna o vivente excluído, uma exceção. A referência é o campo de concentração nazista onde o indivíduo é animalizado. Mas, também, é reconstruído por situações não totalitárias em que o poder do soberano se impõe sobre o cidadão, privando-o de direitos em virtude de uma exceção (como o combate ao terrorismo desencadeado em 11 de setembro nos EUA), a lei suspensa pelo próprio poder. O conceito de *Homo Sacer*

Assim sendo, toda autoridade pública e a própria dimensão do público estariam sob a mira das ações defensivas grupais, múltiplas, podendo haver alianças momentâneas entre comunidades fechadas, desde que preservem a identidade específica de cada organização territorial ou temática. Esta é a lógica das atuais mobilizações multifacetadas e extemporâneas que vivenciamos nos últimos anos e que alguns autores denominam de “enxameamento social” (*swarmings*, segundo a teoria de Arquilla & Ronfeldt).²¹

Estaríamos mergulhados numa situação histórica na qual o indivíduo e seus arredores (família e círculos próximos de relacionamento social) se sentiriam em risco ou desdenhados pelas instituições públicas e pela ordem social. O que alimentaria o desejo de revanche, frente ao inconformismo causado pelo desprezo. Como se um código moral de relacionamento tivesse sido quebrado pelos “de cima”, provocando desgosto e sensação de injustiça crescentes.

Há dois movimentos nítidos em curso no Brasil que parecem se orientar por esta sensação e que sustentam certo niilismo em relação ao presente e ao futuro e apontam direta ou indiretamente para a não norma ou, se desejarem, para a anomia. Os dois movimentos envolvem de maneira sedutora a juventude, em especial, de classe média.

Um dos movimentos parece transmutar um discurso ou postura progressista ou libertária. O outro, nitidamente de extrema direita.

O primeiro movimento possui duas vertentes, sendo uma delas o radicalismo comunitário e excludente dos movimentos identitários e, o segundo, de nítido cunho derrotista. Os dois possuem declarada relação com um profundo ressentimento em relação à ordem política e social e um desencanto com o jogo de disputa política pública.

No primeiro caso, dos movimentos identitários, o discurso transita pela negação do Outro identificando-o como usurpador de direitos (aqui, o direito não aparece como universal, mas como elemento de identidade grupal) e opressor. No caso da sua expressão mais radical, o neofeminismo, abandona-se a lógica humanista original - em que todos os seres humanos são iguais formalmente

significaria, então, “a vida indigna de ser vivida, o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante para o Estado e então pode ser eliminada”. Disponível em:

http://www.appoa.com.br/correio/edicao/240/homo_sacer_sujeitos_abandonados_ao_crime/158.

O discurso totalitário (ou de exceção) dentro de um quadro de aparente normalidade constitucional geraria, portanto, insegurança jurídica e social. Daí poderíamos aventar uma outra hipótese de revanche social ou grupal contra tal ordem opressora e policialesca, alimentando uma fragmentação social defensiva e agressiva.

²¹ *Swarming*, tal como empregado pelos autores John Arquilla e David Ronfeldt, denominaria as novas táticas militares, como uma maneira aparentemente amorfa, mas deliberadamente estruturada, coordenada e estratégica de ação em várias direções. Seu funcionamento se relaciona com manobras em redes múltiplas, pequenas e dispersas, em unidades semelhantes a pelotões. O “enxame” depende claramente de fluxos contínuos de informação e abordagens de conectividade. Ver Arquilla, John & David Ronfeldt. ***Swarming and the Future of Conflict***. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2000. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/documented_briefings/DB311.html.

enquanto espécie - para traduzir a questão de gênero ao enfrentamento da existência (e pretensa essência) do sexo oposto. O comportamento masculino seria definido estruturalmente, a priori, e não mais uma escolha racional de cada indivíduo, determinado pela sua natureza biológica e psíquica. O limite desta vertente exclusivista e antissocietal, com nítidos traços comunitários e intolerantes, é a identificação dos homens como “potencialmente estupradores”.²² Há, aqui, uma dificuldade explícita para lidar com o sexo oposto e, por conseguinte, com a própria sexualidade, num movimento de infantilização da vida social. O discurso tortuoso chega a confundir opressão com exploração de classe, numa espiral emocional que conspurca contra qualquer rigor teórico razoável. Muitos autores destacam a tendência punitivista desta vertente como negação de qualquer ato de convencimento, ação social ou diálogo. A tônica é a eliminação do que entendem ser o risco ou o ator do crime em potencial.

O discurso identitário tem um forte apelo antropológico e se funda no relativismo. Oriundo da orientação multiculturalista norte-americana²³ passou a defender o etnocentrismo, promovendo o que denominam de etnodiferencialismo -a diferença e a fragmentação como base da experiência humana multifacetada e sempre singular, refutando qualquer espécie de universalismo. O relativismo, edulcorado com a valorização das pequenas narrativas, das experiências grupais e locais, afastando-se de qualquer possibilidade de generalização ou compreensão universal da experiência humana, enfraquece, evidentemente, qualquer norma geral, como legitimada por todos os cidadãos. As regras grupais, ao contrário, se sobrepõem a qualquer orientação universal, o que faz de qualquer manifestação pública uma miríade de regras e normas de conduta, de pautas e agendas.²⁴

²² Uma ilustração deste discurso exclusivista é o artigo de Rafael Gonzaga, publicado no *blog* “Entre Todas as Coisas”, no qual afirma: “Todo homem é um potencial estuprador. Toda mulher é potencial vítima de estupro. Apesar de ambos serem extremos opostos (potencial agressor e potencial agredido) dentro de um sistema de opressão, para que não deixem de ser potenciais e tornem-se efetivos, os dois só dependem de uma coisa: que o homem não estupe. Simples assim. Para ficar ainda mais claro: para um potencial estuprador não se tornar de fato um estuprador, basta que ele não estupe ninguém. Para potencial vítima de estupro não se tornar de fato um número de estatística, basta que não haja um estuprador para estuprá-la. Não sei se consigo ser mais didático do que isso.” Disponível em: <http://entretodasacoisas.com.br/2016/05/30/todo-homem-e-um-potencial-estuprador-e-ja-passou-da-hora-d-e-nos-entendermos-o-que-isso-significa/>. Esta linha de argumentação se reproduziu em centenas de *blogs* de meados de 2016 para cá.

²³ O jamaicano Stuart Hall foi uma referência no conceito de multiculturalismo a partir do início dos anos 1980, quando emergem estudos culturais sugerindo articulação entre diversidade e disputa de poder, alimentando a disseminação de linhas de pesquisa sobre raça, gênero e mídia. Na Europa, o conceito foi empregado politicamente por Pierre Vial, para definir uma concepção do mundo etnocêntrico que promoveu superar o conceito de nacionalismo, focado no localismo e na identidade cultural regional, se distinguindo da lógica inaugurada pelos estudos multiculturais.

²⁴ Em meu livro **Nas Ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013** (Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014), aprofundi a conformação das ações provisórias de mobilizações massivas neste início de século, pautadas por metodologias políticas anti-hierárquicas, que negam qualquer hierarquia ou liderança institucionalizada. Tudo é provisório, não há efetivamente interlocução com o campo institucional (apenas a crítica ao Outro, o poder abstrato constituído), numa manifestação que se aproxima da estética da “carnavalização do ato político”.

Ao refutar qualquer universalismo, o identitarismo se apresenta (ao menos se aproxima desta definição) como super-humanos, acima da humanidade como espécie única, ou extra-humanos. Um discurso que sugere a humanidade como o Outro opressor, valorizando o não-humano (o mais preciso seria conceituar como anti-humanismo). Assim, o discurso exclusivista identitário abdica de seguir regras e normas de conduta legitimadas pelo conjunto da sociedade ou ratificadas pelos códigos legais e instituições públicas. Não se trata de questionamento ou crítica às normas, mas de negação das mesmas, num movimento niilista voltado para a autoafirmação.

Na outra ponta, temos o alastramento do discurso derrotista e fatalista, principalmente no período pós-*impeachment*, como que negando o jogo político das disputas de projetos de sociedade. Neste caso, não haveria mais o que fazer, dado que a tomada de poder pelas forças mais retrógradas e cínicas da política nacional teria destruído qualquer possibilidade da alternância política, transformando o voto em fetiche a ser negado ou subjugado à vontade do eleito. Teríamos, nesta suposição, abandonado a tenra democracia brasileira pela lógica plutocrática, das elites políticas acima da dinâmica da representação. Não fica muito nítido, neste discurso, qual seria a necessidade ou o papel das eleições. Por este motivo, há sempre que destacar o risco das eleições serem suspensas por capricho das elites no poder. O poder avassalador e demiúrgico do bloco no poder estaria, ainda, fincado numa aliança internacional, envolvendo interesses norte-americanos articulados ao grande empresariado brasileiro, movimento vitaminado pela grande imprensa nacional. Não se explica os motivos para esta poderosa articulação aquinhoar índices progressivos de queda de popularidade e das forças destronadas do poder aumentarem sua popularidade constantemente. Também não se explica nesta narrativa as divisões internas no bloco no poder, envolvendo até mesmo os partidos aliados em sucessivos embates intestinos.

Como toda narrativa fatalista, esta é linear e se alimenta da seletividade de acontecimentos, revelando uma nítida dissonância cognitiva, negando contradições para sugerir que a derrota era - e é - inevitável, dada a força descomunal do oponente.

A situação de impotência levaria à prostração e abandono do jogo político, reduzindo a crítica à queixa, ao lamúrio diário. A ordem política ficaria, portanto, suspensa, sendo a sua negação apresentada como ato de sanidade mental e afirmação democrática.

Contudo, o movimento mais constrangedor e conformado a partir de um discurso histórico é o da extrema direita. Pesquisa recente²⁵ revelou que 60% dos apoiadores de Jair Bolsonaro possuem menos de 34 anos de idade. Trata-se de um ideário de negação extrema dos direitos sociais e imposição de uma ordem bélica, também exclusivista.

²⁵ Ver análise do diretor do Instituto Datafolha, Mauro Paulino, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/07/politica/1507327801_553160.html

Há diversas hipóteses explicativas para este recente fenômeno. Uma pista é a sugestão lacaniana do ato declaratório. Quando me declaro ser uma persona ou classe social (proletário, por exemplo), me vinculo a uma história que me impele a um comportamento (ao me sentir proletário, estaria inserido na história de lutas específicas, caso da greve). A declaração se torna um ato de comunicação, de vínculo social e de identidade. Assim, ao se declarar, passa a agir diferente, a partir da lógica grupal que se diz inserido.

Ao se declarar bolsonarista, o jovem se vincula a um estereótipo nítido e se sente fortalecido por esta decisão. Trata-se de uma declaração performática, que define seu lugar e a maneira como quer ser tratado. Emerge na multidão.

Neste caso, o que o levaria a se declarar adepto do discurso bélico, escatológico por princípio?

Parece que uma primeira situação criada é a de negação do estereótipo clássico e tradicional da juventude: libertária, sexualmente livre, experimental, progressista. Estaria respondendo aos jovens ativistas engajados (de esquerda ou identitários) cujo discurso ofensivo (ou agressivo) rotulou pacatos alunos não engajados em *nerds*, cercados por todos os lados de acusações e reprovações sobre sua conduta, sua não ideia, seu silêncio e até sua timidez. O ataque diário, descrito em inúmeros *blogs* e relatos pessoais recentes, poderia estar provocando uma "*Revenge of the Nerds*". O que daria sentido a um estranho texto elaborado por Luiz Felipe Pondé propondo a criação de uma "direita festiva", já que os jovens de direita não teriam sucesso, segundo sua observação, com mulheres, como os jovens de esquerda têm.

Estaríamos, caso a hipótese tenha sentido, diante de um certo tipo de inveja que provoca ressentimento.²⁶ Inveja do deleite que o outro faz do que este jovem ressentido não possui. E, assim, a saída seria a proibição do que o outro faz ou é. O importante, nesta análise, é capturar o jogo de sombras, uma ação "política sem política".²⁷

²⁶ Registro a análise do filósofo conservador (não reacionário) Peter Sloterdijk apresentada em seu livro **O Desprezo das Massas**. O autor sugere que mergulhamos numa Era da Desverticalização, que promove "estratégias de forçar a atenção, porque tem a intenção de colocar objetos triviais e pessoas em primeiro plano", do que antes eram "grupos aparentemente desinteressados contra o desprezo ou a não atenção" (p. 57). Assim, "os grupos em ascensão dos tempos recentes não apenas manifestam um *páthos* autobiográfico: eles desenvolvem, também sem exceção, um afeto filantrópico, mais exatamente autofilantrópico. (p. 41). Presenciaríamos, segundo Sloterdijk, uma tendência ao desprezo de todos por todos e, em especial, à ordem vigente e à norma. De um golpe, sustenta, os deuses se tornaram desinteressantes, e as pessoas titanicamente protegidas curvam-se com um novo e legítimo interesse sobre a abundância de enigmas no próprio peito. Conclui: "A estrutura complexa do próprio desprezo moderno, que sempre aparece como desprezo desprezante e desprezo desprezado, faz aproximações com o campo contaminado do inseguro narcisismo de massa e das ambições feridas da elite, bem como de seus cruzamentos entre si, tão difíceis quanto perigosos." (p. 78). SLOTERDIJK, Peter. **O Desprezo das Massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna**, São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

²⁷ Política como jogo pelo poder e pelo convencimento que, portanto, necessita do adversário. No mesmo livro de Slavoj Žižek, citado anteriormente, encontramos uma passagem sobre o sexo virtual como sexo sem sexo ou

Há, ainda, a hipótese da contestação como princípio para a inserção no mundo dos adultos. Em outras palavras, parte dos jovens percebe que o mundo dos adultos tolhe a possibilidade de demonstrar seus talentos. A contestação seria uma contraofensiva que, no fundo, grita pela inclusão. Observemos que jovens entre 25 e 30 anos de idade tinham entre 10 e 15 anos de idade quando Lula ganhou sua primeira eleição como Presidente da República. Entre os 10/15 anos até os 23/28 anos estiveram vivendo sob o comando federal petista. O que seria, para eles, a ordem política do Brasil?

Contestar a ordem seria, evidentemente, contestar os governos petistas. Esta hipótese, é verdade, se revela pouco fértil, porque não há relação tão automática em contestar e deletar. Mas não há como negar que o *status quo* da era lulista passou pela lógica da conciliação de interesses de elites, excluindo os "de baixo" das negociações sobre o rumo do País (não necessariamente excluídos das benesses das políticas públicas).

Uma terceira hipótese diz respeito ao avanço de um arraigado hiperindividualismo que cresceu como praga nos últimos dez anos em nosso País. Parte deste valor egocêntrico tem relação com a inclusão pelo consumo, proposta pelo lulismo.

O consumo é um ato individual e de valorização pessoal. Daí o "*funk ostentação*", os exageros dos imberbes jogadores de futebol em ascensão, o estilo "sertanejo universitário"²⁸ e outras modalidades juvenis de exibicionismo, sempre individual. A inclusão política, pela organização e imposição ou conquista política dos valores e projetos, e a inclusão pelos direitos (conquistas de lutas sociais ou

da doutrina de Colin Powell da guerra sem vítimas em que, na prática, significaria o "Outro privado de sua Alteridade". Ver ZIZEK, Slavoj. **Como ler Lacan**, op. cit., p. 51.

²⁸ Neste caso, trata-se de uma modalidade estética da ascensão e supremacia do agronegócio na sua versão musical. O sertanejo universitário é uma maneira camuflada de transfigurar nosso estilo rural caipira por uma versão "*country*", norte-americanizada. A tristeza da moda de viola embebida em forte religiosidade da cultura caipira é substituída por um ritmo mais sincopado e acelerado, com certa proximidade com a emergente "teologia da prosperidade", explicitada por cortes de cabelo e vestimentas espetaculosas. O estilo foge da descrição de Antonio Cândido ou Carlos Rodrigues Brandão. Cândido sintetiza a lógica caipira desta maneira: "seu coração é animoso, seu juízo grosseiro, são robustos e fortes capazes de sofrer os mais intoleráveis trabalhos, seus vícios são a presunção e a desconfiança, vingança e sobretudo preguiça. O abrandamento dos costumes veio com o hábito sedentário da agricultura estabelecida como ocupação central no século XVIII." O autor destaca a estrutura familiar patriarcal, onde os filhos baixavam os olhos para falar com os pais, o apego às formas de parceria para prolongar a posição social de sitiante (relutando contra a perda de autonomia, o que dá sentido à tristeza e perseverança das letras de música), a insegurança da ocupação da terra e o nomadismo interterritorial, o mutirão e as relações de vizinhança que dão assistência uns aos outros, independente dos vínculos familiares, as festas religiosas que agregam vários bairros mantendo a tradição (os bairros emprestam pessoas afamadas para outros para desenvolver práticas culturais que mantêm a tradição de farinheiro, capelão, curador). Ver CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**, São Paulo: Editora 34, 1989; e, também, BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Caipiras de São Paulo**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. Sobre o estilo sertanejo universitário, ver REQUENA, Brian Henrique de Assis Fuentes. **A universidade do sertão: o novo retrato cultural da música sertaneja**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-20122016-143201/pt-br.php>; ALONSO, Gustavo. **Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015; ANTUNES, Edvan. De caipira a universitário: a história do sucesso da música sertaneja. São Paulo: Matrix Editora, 2012.

novos direitos) são sempre coletivas. O lulismo poderia ter saído desta armadilha se tivesse investido em ações e currículos de formação cidadã ou solidária, formação de lideranças sociais e conselheiros de gestão pública. Poderia ter alterado currículos, fortalecido estudos sobre a realidade e engajamento solidário. Mas, nada fez nesta direção. O projeto educacional teve como alvo o sucesso individual. Não é de se surpreender que o "*self made man*" tenha se tornado um lugar-comum, uma ambição quase naturalizada de brasileiros jovens.

Enfim, a política sem política do bolsonarismo parece revelar um movimento de aproximação do outro, ao tentar negar seu direito de existência.²⁹ Um chamamento desesperado para ter visibilidade e importância social. Um ato desajeitado de pedir para deixar de ser um vulto social e político para exigir que seja respeitado como jogador. Em outras palavras, uma relação de amor e ódio com o adversário que pretensamente quer eliminar.

A ilustração que o Brasil contemporâneo oferece possibilita uma visão panorâmica de como vivemos um momento histórico da vida social extremamente complexo, constituído por múltiplos discursos – eles mesmos, fragmentados e que competem entre si – de recusa da lógica societal, supondo – ou mesmo impondo – suas regras e normas. Revela uma ausência de código de comunicação que nos une e nos identifica. A oposição ou discurso binário (entre “eles” e “nós”) parece ser a tônica deste momento.

Inquietante, porque conspurca contra o que nos definiu como civilização.

Com efeito, há 70 mil anos, o Homo Sapiens deixou a África, enfrentou os Neandertais e avançou sobre o que seria a Europa e o Leste asiático. Entre 70 mil e 30 mil anos, criou barcos, lâmpadas a óleo, arcos e flechas, agulhas. Mas, também algo mais que utensílios práticos: produções rudimentares de arte e joalheria. Há 32 mil anos, foram confeccionadas estatuetas, como a do “homem-leão”, encontrada na caverna de Stadel, na Alemanha. Neste momento, a humanidade se esboça, com o advento da arte e traços do que poderíamos denominar de religião ou abstração sobre a realidade.

Aqui é que surge um paralelo com a perda de sentido de união que estamos vivenciando. Houve, neste momento incubador da história da humanidade, em que a linguagem, o raciocínio abstrato e o convívio em grupos maiores convergiram. O primeiro registro da escrita parece ter sido uma conta matemática, um registro de medidas de cevada encontrados na cidade de Uruk. O fato, contudo, é que a linguagem humana expandiu a capacidade da espécie em registrar, para além da existência de

²⁹ Há uma imensa linhagem de estudos a respeito dos aspectos psicológicos do discurso fascista e nazista, em especial, em estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt, com destaque para Theodor Adorno e Erich Fromm. Uma análise abrangente sobre os estudos de Fromm sobre a Psicologia de Massas do Nazismo, encontra-se em MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. **Contribuições para a Compreensão do Nazismo: a psicanálise e Erich Fromm**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. Numa perspectiva distinta, ver REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

quem anotou ou divulgou sua experiência, um acontecimento ou sentimento, por séculos ou milênios. A linguagem expandiu nossa experiência e interferiu na existência futura da humanidade. Gerou cooperação e identidade social.

Mas, o mais interessante foi o salto na própria convivência humana. Até este período, denominado de “Revolução Cognitiva” da nossa espécie, os grupos de humanoides não superavam muito mais em número de indivíduos que os bandos de chimpanzés. Os chimpanzés chegam a formar bandos ao redor de 50 indivíduos, possuindo uma hierarquia social interessante, composta por um soberano e dois príncipes. Ao contrário dos gorilas, a autoridade máxima do bando de chimpanzés não é o indivíduo mais forte, mas o mais hábil³⁰, assim como ocorre nos agrupamentos humanos. A fofoca, sugere alguns autores, utilizando o suporte da linguagem, fez saltar o agrupamento de humanos para 150 indivíduos e ficou neste limite por muito tempo.³¹ O que fez saltarmos deste número para a casa dos milhares ou a convivência entre milhões foram os mitos, a crença. Mitos religiosos partilhados.

Este parece ser o fio da meada que perdemos nestes últimos tempos.

Hannah Arendt já havia sugerido que não nascemos humanos, mas somos apresentados à humanidade pela linguagem, que nos oferece a experiência de outros da nossa espécie pela escrita, pela música, pela dança, pelas artes plásticas. A linguagem é o meio que nos une, mas é o conteúdo não pragmático que nos possibilita formar uma ampla junção de humanos que superam a mera necessidade ou interesse. O conteúdo da utopia. Temos de entrar neste jogo teatral e dramático em que a representação – como símbolo e promessa – cria o momento mágico entre nós. Como ocorre numa peça de teatro, em que esquecemos a pessoa real do ator para nos envolvermos com o personagem e o enredo que interpreta. Sem isso, o ator fica nu, se expõe a observações jocosas e cruas sobre suas falhas. A mágica do teatro só ocorre quando nos envolvemos com esta outra dimensão da arte, assim como a mágica da vida social só ocorre quando nos envolvemos com as utopias e mitos comuns. Não um envolvimento cego, mas consentido e compreendido como um elo social.

³⁰ Há registros sobre o curioso processo de sucessão do soberano dos bandos de chimpanzés quando este morre. Drauzio Varella, em seu livro **Macacos** (Publifolha), nos revela: “ao contrário das pequenas tropas dos gorilas, os chimpanzés formam comunidades de dezenas de indivíduos. Em grupos tão grandes, a força física deixa de ser a qualidade fundamental dos dominantes; por mais forte que um indivíduo seja, jamais poderá enfrentar sozinho uma coalizão formada contra ele. Diferentemente dos orangotangos e gorilas, o chimpanzé dominante não é necessariamente o mais forte, é aquele capaz de estabelecer alianças mais poderosas. A luta pelo poder, nesse caso, faz emergir a política como instrumento de dominância. Por exemplo, quando morre o dominante, e sua sucessão é disputada por dois ou três machos com hierarquia mal definida entre eles, é comum vê-los subir nas árvores e atirar as frutas mais apreciadas para o resto do bando, no chão. Uma vez eleitos para o posto de comando, jamais repetirão o gesto demagógico.”

³¹ Sobre esta reflexão, consulte HARARI, Yuval Noah. **Uma Breve História da Humanidade**. Porto Alegre: LPM, 2015. Em especial, a página 35.

Talvez tenhamos perdido este elo. Nos tornamos calculistas e pragmáticos, extremamente focados na conquista e na afirmação pessoal. Pulamos de grupo social para reforçar a verdade e busca pessoal. Daí a cultura do “espelhamento” das comunidades virtuais, em que um internauta só dialoga com quem pensa como ele.³²

O pragmatismo e hiperindividualização atual nos separa e faz desmoronar instituições sem colocar algo novo que nos una em seu lugar. Desconectados, o que parece ser um passo à frente revela-se um mundo desencantado e cruel. Um mundo que nos convida à solidão.

³² Se aproximando do conceito de mônadas, desenvolvido por Leibniz Zizek, em obra já citada neste ensaio, sugere que existem dois temas que determinam a atitude tolerante de hoje em relação aos outros: o respeito pela alteridade e o medo obsessivo do abuso. O outro seria ótimo, desde que mantenha distância e que sua presença não invada o meu espaço. ZIZEK, Slavoj. **Como ler Lacan**, op. Cit., p. 125.